



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br


Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **6 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 17 de janeiro de 2011

O ESTADO DE SÃO PAULO Governo posterga para junho metas para reciclagem de resíduos sólidos.....	1
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Digibras planeja fabricar disco rígido no país	2
VEICULAÇÃO NACIONAL	
REVISTA ISTOÉ DINHEIRO O NOVO PODER DE GUIDO MANTEGA.....	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
ASSESSORIA MDIC Superávit da segunda semana de janeiro é de US\$ 496 milhões	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR Governo vai atuar para proteger saldo comercial	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BAGUETE / NOTÍCIAS Digibras deve fabricar HDs no Brasil	9
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo posterga para junho metas para reciclagem de resíduos sólidos		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Ao contrário do que era esperado, decreto que regulamenta Política Nacional de Resíduos Sólidos não impôs metas para a reciclagem de embalagens e itens como lâmpadas e eletroeletrônicos, nem trouxe instruções sobre recolhimento dos produtos usados

Andrea Vialli

O **Governo Federal** tem até junho para elaborar uma proposta referente à Política Nacional de Resíduos Sólidos que inclua metas de redução e reciclagem de resíduos e também a definição de como vão funcionar os sistemas de logística reversa para embalagens, eletroeletrônicos e lâmpadas, entre outros itens.

O plano será elaborado por um grupo de técnicos e dirigentes de 12 **Ministérios**, sob a coordenação do **Ministério** do Meio Ambiente. A nomeação do grupo sairá até fevereiro. O cronograma é o primeiro desdobramento prático do decreto que regulamentou a Política Nacional de Resíduos Sólidos, assinado pelo ex-presidente Luiz Inácio **Lula** da Silva no fim de 2010.

Ao contrário do que era esperado, o decreto não impôs metas para a reciclagem de embalagens e outros itens, como lâmpadas e eletroeletrônicos. No caso da logística reversa, que é o recolhimento dos materiais após seu uso pelo consumidor, o detalhamento deve vir por meio de acordos definidos entre os setores.

"O decreto foi um pouco vago e deixou muitos itens para serem resolvidos por meio de acordos setoriais", afirma Lina **Pimentel**, advogada especializada em direito ambiental do escritório Mattos Filho, de São Paulo. "Indústrias como a de pneus, agrotóxicos, pilhas e baterias, eletroeletrônicos e lubrificantes já estão se organizando para definir como será feito", diz Lina.

No ramo de embalagens, setores como o da indústria do vidro já propõem modelo de logística reversa para o País (leia abaixo).

Segundo Lina, um dos pontos mais claros do decreto diz respeito à responsabilidade do consumidor quanto à destinação dos resíduos. Segundo o artigo 6º do capítulo 1 do decreto, os "consumidores são obrigados, sempre que estabelecido sistema de coleta seletiva pelo plano municipal (...), a acondicionar adequadamente e de forma diferenciada os resíduos gerados e a disponibilizar adequadamente os resíduos reutilizáveis e recicláveis para coleta ou devolução".

"O decreto deixa claro que o consumidor terá de separar e disponibilizar os resíduos. Só não ficou claro se ele terá de levar os resíduos a algum posto ou se eles serão recolhidos em casa." Esse ponto, segundo a advogada, precisará ser detalhado também via acordo setorial

O decreto da regulamentação prevê, no entanto, advertências e multas de R\$ 50 a R\$ 500 aos consumidores que não separarem o lixo corretamente ou forem flagrados descartando os resíduos no meio ambiente.

Prazos. O decreto também traz um prazo até agosto de 2012 para que os municípios elaborem um plano para dispor seus resíduos. O objetivo é acabar com os lixões até agosto de 2014 - devem ser construídos aterros sanitários e implementados sistemas de coleta seletiva. Hoje 43% dos resíduos no País não recebem destinação adequada. "Muitos municípios já estão trabalhando nisso", afirma Carlos Roberto Silva Filho, diretor da Abrelpe, entidade que reúne as empresas de coleta de lixo.

PARA LEMBRAR

O projeto de lei 1991/07, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos ficou parado no Congresso Nacional por 18 anos. A demora ocorreu por conta de uma série de emendas recebidas ao longo dos anos e da falta de consenso entre representantes do setor público e privado. A aprovação do projeto de lei no Senado ocorreu em julho do ano passado e, em agosto, ele foi sancionado pelo presidente Lula.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Digibras planeja fabricar disco rígido no país		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

SÃO PAULO - Braço de informática do grupo brasileiro CCE, a Digibras planeja fabricar discos rígidos (HD) no país. Conforme apurou o Valor, a empresa teve um projeto aprovado na Zona Franca de Manaus para a produção dos componentes - usados para o armazenamento de dados em computadores - na sua fábrica de Manaus, hoje voltada à montagem de computadores de mesa, notebooks e monitores.

A iniciativa prevê investimento de R\$ 92,9 milhões no prazo de três anos, com um aporte de R\$ 26,4 milhões no primeiro ano de fabricação. Nos dois anos seguintes, os recursos projetados são de R\$ 31,7 milhões e R\$ 34,8 milhões, respectivamente. Procurada pelo Valor, a assessoria da CCE disse que não encontrou um executivo disponível para comentar o projeto até o fechamento desta edição.

A expectativa é produzir 11,5 milhões de HDs no período de três anos, sendo 3,3 milhões no primeiro ano e 3,9 milhões no segundo. Para o terceiro ano do projeto, a produção estimada é de 4,3 milhões de unidades. Nesses três anos, a previsão é contratar mais de 30 pessoas para o novo projeto.

Para a fabricação dos componentes, a tecnologia homologada é da Seagate, empresa americana que atua no Brasil por meio de canais e revendas. Procurada pelo Valor, a companhia - através de sua assessoria de imprensa - confirmou que participou de uma reunião com a Digibras para tratar do tema, mas ressaltou que nada foi definido no encontro.

O projeto da Digibras reforça o aquecimento na fabricação de HD no Brasil, mercado que demanda 14

milhões de unidades por ano e até pouco tempo tinha como único fabricante local a Samsung, com produção mensal de aproximadamente 480 mil unidades.

Em outubro, a americana Western Digital também começou a fabricar os componentes no país, por meio de uma parceria com a brasileira Digitron, com plano de produzir 4 milhões de unidades por ano.

No mercado mundial de HD, a Western Digital alcançou a liderança nas vendas a partir do segundo trimestre de 2010, segundo dados da consultoria americana iSuppli. Com 51,1 milhões de unidades vendidas no período, a empresa desbancou uma liderança de mais de dez anos da Seagate, que registrou a venda de 50,3 milhões dispositivos no mesmo trimestre.

Nas vendas globais relativas ao último trimestre de 2010, a Western Digital deve manter a liderança do segmento, segundo a iSuppli. Ainda sem dados consolidados, a consultoria estima que a companhia vendeu 51,5 milhões de unidades no trimestre, ante 49,5 milhões da Seagate.

Em relação às receitas mundiais do segmento, a previsão é de que a Seagate mantenha a liderança com a cifra de US\$ 2,8 bilhões no período, ante US\$ 2,4 bilhões da Western Digital.

(Moacir Drska | Valor)

	VEÍCULO REVISTA ISTOÉ DINHEIRO	EDITORIA	
	TÍTULO O NOVO PODER DE GUIDO MANTEGA		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Como o ministro da Fazenda tornou-se peça-chave na gestão Dilma e ampliou a voz do Brasil no debate econômico internacional

Por Denize Bacoccina

Clique e ouça um resumo da reportagem Dois assuntos dominaram a agenda econômica nas duas primeiras semanas do governo Dilma Rousseff: o derretimento do dólar e um corte profundo nos gastos públicos. Foi o primeiro teste do prestígio interno do ministro da Fazenda Guido Mantega.

Nessas duas primeiras semanas, ele percorreu quase todos os dias os 1.500 metros entre seu gabinete, instalado na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, e o Palácio do Planalto.

"O País deixou de ser o patinho feio e passou a ser um dos líderes dos emergentes"

Guido Mantega, ministro da Fazenda

Além das cinco audiências que apareceram na agenda presidencial, foi chamado para participar de reuniões sobre educação e combate à miséria. Em quase todas, Mantega tinha a companhia de Antônio Palocci, ministro-chefe da Casa Civil.

Além de dar a palavra final nos cortes do Orçamento da União (que pode encolher até R\$ 40 bilhões este ano), foi Mantega quem coordenou as duas ações do governo no câmbio: o aumento do depósito compulsório dos bancos no Banco Central sobre operações que apostam na baixa do dólar e a autorização para o Fundo Soberano comprar a moeda americana no mercado futuro.

Depois de superar a crise mundial iniciada em 2008, comandar a economia no período de maior crescimento desde os anos 1970 e de projetar o nome do Brasil e o seu próprio no cenário internacional, Mantega sagrou-se na sucessão do governo de Luiz Inácio Lula da Silva como o homem forte da economia brasileira.

Na primeira reunião de Dilma com seus 37 ministros, marcada para a tarde da sexta-feira 14, Mantega era o único que tinha a palavra garantida - além, é claro, da presidente.

Dilma não abre mão de sua autoridade sobre todos os ministros, mas definiu que o titular da Fazenda será o coordenador da equipe econômica, com ascendência sobre outras áreas do governo, como planejamento, desenvolvimento e comércio exterior e Banco Central.

A ideia é unificar as ações e o discurso, evitando divergências públicas que aconteciam no governo Lula, especialmente entre Mantega e o então presidente do BC, Henrique Meirelles.

"Não vai haver um coro desafinado. A presidente Dilma foi muito incisiva: devemos trabalhar juntos e a coordenação da área econômica é do ministro Guido Mantega", diz o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando PIMentel.

O novo presidente do BC, Alexandre Tombini, confirma a maior integração das duas equipes. O órgão continua com autonomia operacional, mas a decisão sobre operações em dólar foi tomada em conjunto com a Fazenda.

A versão 2011 de Guido Mantega é bem diferente da anterior. No governo Lula, ele ganhou fama de gastador com sua política econômica expansionista para driblar a crise global de 2008.

Agora, ele tem o dever - e o poder - de cortar as despesas do governo. "Sou um poupador", diz Mantega em entrevista à DINHEIRO. A faxina geral nas contas públicas é necessária para evitar o crescimento da inflação, que impede a queda dos juros e, portanto, o potencial de expansão da economia.

O corte de gastos vai garantir um superávit primário de 3%, a redução da dívida pública para cerca de 30% do PIB até 2014 e, espera o governo, uma expansão continuada da economia brasileira nos próximos anos, em torno de 5% ao ano.

O novo homem forte da economia entregou bons números no governo Lula e se distinguiu de seus antecessores no cargo. Se Pedro Malan consolidou a estabilidade de preços nos oito anos do governo FHC e Antônio Palocci foi o fiador do compromisso do PT com a responsabilidade fiscal, a estabilidade de preços e política cambial no início do governo

Lula, coube a Mantega a satisfação de entregar os resultados dessas políticas.

Seu grande momento foi na crise de 2008. Fazia poucas semanas que o banco de investimento Lehmann Brothers tinha quebrado, apavorando o mundo inteiro, quando Mantega chegou ao gabinete do presidente com a solução para manter a economia brasileira aquecida.

"O Brasil não tem problemas estruturais, nossos bancos estão saudáveis, temos que manter o crédito fluindo e as pessoas consumindo para não haver desemprego", disse. Lula encampou a tese de Mantega, e antes do Natal foi à tevê dizer aos brasileiros que continuar comprando era a melhor maneira de proteger o próprio emprego.

"O presidente foi criticado por dizer aquilo, mas ele estava certo", diz Mantega.

Foi ali, na gestão da crise, que o economista retraído, um tanto opaco, com pouca luz própria e de ideias pouco conhecidas fora dos círculos petistas, consolidou a credibilidade que tem hoje, seja no meio empresarial, seja entre seus pares no Exterior.

Empresários que negociaram com ele medidas para combater a crise só têm elogios. Claudio Conz, presidente da Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção, ficou impressionado quando foi discutir medidas para o setor durante a crise.

"Tivemos a primeira reunião no dia 7 de janeiro e, em março as medidas já tinham sido tomadas", afirma.

Mantega acertou na mosca ao escolher os setores de construção civil e automotivo, junto com eletrodomésticos da linha branca, como destinatários principais dos incentivos oficiais, como redução de impostos e ampliação do crédito.

O setor automotivo, que acabou batendo recordes de venda e produção em 2009 e 2010, responde por 25% de todo o setor industrial. E a construção civil, aquecida, é um dos grandes responsáveis pela atual situação de pleno emprego.

As conversas com empresários, economistas e banqueiros continuam. Geralmente às sextas-feiras, quando despacha em São Paulo e usa esses encontros para "sentir a temperatura" do mercado.

"Ele é muito aberto, muito atencioso, está sempre disponível para conversar. É uma pessoa fácil, o que nem sempre é uma característica de ministro da Fazenda", contou à DINHEIRO o usineiro Maurílio Biagi Filho, presidente do Grupo Maubisa.

"O ministro Mantega esteve muito presente no ano passado nas reivindicações do varejo. Ele é participativo, presente e veloz nas decisões", diz Luiza Helena Trajano, presidente do Magazine Luiza.

Nas últimas semanas, o ministro tem ouvido dos empresários reclamações sobre o valor da moeda brasileira (em torno de R\$ 1,60 por dólar). Em troca, cobrou explicações sobre a alta da inflação (5,91% a 11% em 2010, conforme o índice).

Segurar novas altas continuadas de preços, ainda que em um patamar suportável, é um grande desafio.

Alexandre Tombini, do BC, defende a redução da meta de inflação, atualmente de 4,5% ao ano, no futuro.

Mantega não é contra, mas acha que é preciso fazer um esforço para trazer o índice para o centro da meta antes de tentar voos mais ambiciosos. Nesta nova fase do poder, o ministro da Fazenda não precisa entrar em bola dividida com o presidente do BC. A coordenação da equipe econômica não significa que Mantega ganhe sempre.

Ele perdeu, na semana passada, a briga pelo salário mínimo. Depois de afirmar que a presidente vetaria um mínimo superior a R\$ 540, foi desmentido pela decisão presidencial pelo valor de R\$ 545.

Nascido na Itália e radicado no Brasil desde criança, Mantega se formou na Universidade de São Paulo e foi professor da Fundação Getúlio Vargas. Começou a trabalhar para o Partido dos Trabalhadores em 1989.

Entre 1993 e 2002, foi o principal assessor econômico de Lula.

Quando o PT ganhou a eleição, foi para o Ministério do Planejamento e, mais tarde, para a presidência do BND. Assumiu a Fazenda em abril de 2006. Mantega tem em comum com Dilma o mesmo pensamento desenvolvimentista. O estilo mais executivo do que dogmático também ajuda.

Com Lula, enquanto havia espaço para gastar, ele colocou a máquina do governo para funcionar e transferiu R\$ 180 bilhões do Tesouro para o BND emprestar às empresas. Com Dilma, com quem teve boa convivência anteriormente, se empenha em manejar a tesoura.

"O ministro da Fazenda depende da orientação do governo. Ele mudou o discurso quando o governo mudou.

Não se pode culpar o ministro se o governo quer gastar", diz o economista Raul Velloso, especialista em contas públicas e crítico do aumento de gastos nos últimos anos.

"Mas, se for olhar pela taxa de crescimento, ele tem bons resultados para mostrar", afirma. Em cinco anos, a média de crescimento anual do **PIB** foi de 4,42%. Isso, apesar da crise de 2008, que resultou numa recessão de 0,6% em 2009.

Foi na crise que Mantega cresceu, assim como a importância do **Brasil** no cenário internacional. Em outubro de 2008, quando o **Brasil** presidia o G20 (na época chamado de G20 financeiro porque reunia ministros da Fazenda e presidentes do Banco Central de 20 países desenvolvidos e emergentes), Mantega foi surpreendido com um pedido do então presidente americano George W. Bush para participar da reunião do grupo, que acontecia na sede do Fundo Monetário Internacional, em Washington.

O ministro cumprimentou Bush em inglês e disse que faria seu discurso em português, obrigando o presidente americano a colocar seu fone de ouvido para acompanhar. Hoje, a voz brasileira já se tornou presença obrigatória nas reuniões internacionais. Mantega virou interlocutor frequente de figuras como o secretário do Tesouro americano, Timothy Geithner, e o diretor-geral do FMI, Dominique Strauss-Kahn.

De devedor, o **Brasil** passou a credor do FMI no ano passado e hoje é o décimo maior acionista entre os 187 países integrantes. Suas declarações, como "o mundo vive uma guerra cambial", ainda repercutem no mundo inteiro.

Na retrospectiva do ano passado, a revista americana Business Week citou a expressão de Mantega. E, na semana passada, o jornal Financial Times, depois de publicar em destaque uma declaração do ministro sobre o câmbio, fez uma brincadeira com uma carta falsamente assinada pelo presidente do Federal Reserve, Ben Bernanke, dizendo que ele devia parar de reclamar da política monetária americana, já que a economia brasileira estava muito melhor do que a deles.

O status internacional não mudou a rotina de Mantega. Aos 61 anos, ele leva uma vida típica de ministro que, em Brasília, vive para o trabalho. Reserva o lazer para os fins de semana, que passa em São Paulo ao lado da segunda mulher, Eliane, e do filho de dez anos.

Em Brasília, acorda cedo e começa o dia com uma caminhada no Lago Sul, bairro nobre onde mora numa das poucas mansões reservadas aos ministros. Chega ao **Ministério** pouco depois das 9 horas, depois de ter lido os jornais, para jornadas que se estendem, sem interrupções, até 8 ou 9 da noite.

Nunca vai para casa almoçar e raramente frequenta restaurantes. Prefere almoçar no próprio **Ministério**, em companhia dos secretários e assessores mais próximos. Nos horários de folga, assiste ao noticiário na tevê e devora livros. Lê principalmente sobre a Segunda Guerra e biografias. Atualmente, está lendo A ponte, biografia do presidente americano Barack Obama, escrita pelo jornalista David Remnick.

"O Brasil saiu da retaguarda e passou para a vanguarda"

Em entrevista à DINHEIRO, o ministro Guido Mantega diz que o **Brasil** continuará como um **importante** player mundial no governo Dilma. Ele vê com otimismo as perspectivas para a economia mundial em 2011.

O sr. sempre teve fama de gastador, mas agora anuncia a redução de gastos. O que mudou?

Essa fama é um absurdo. É só olhar a trajetória fiscal desde que eu entrei. Cumprimos o superávit em 2006 e em 2007. Isso mostra que não sou um gastador, sou um poupador. As pessoas esquecem que houve uma tremenda crise mundial, que exigiu que aumentássemos os gastos para manter a economia em funcionamento. Ainda assim, fechamos 2010 com a relação dívida/**PIB** perto de 40% e queremos chegar a 30% no último ano do governo Dilma.

Qual é o tamanho do corte?

Este ano, o corte será maior do que nos anteriores, mas não temos o número fechado. Não estamos fazendo uma redução linear de despesas. Vamos pegar **Ministério** por **Ministério** e ver projeto por projeto. Só teremos o tamanho dessa restrição lá pelo final de janeiro.

É possível aumentar os investimentos num momento de corte de gastos?

Os investimentos que já estavam em curso continuarão. Os que ainda não começaram poderão começar um pouco depois. Vamos tentar não diminuir investimento, mas só terei uma decisão definitiva depois de olhar todos os números.

A presidente falou sobre a reforma tributária no discurso de posse. Como será essa reforma?

A reforma seguirá o modelo desenvolvido no governo anterior e que já foi discutido com o Congresso, com o setor produtivo. Priorizaremos a parte dos tributos estaduais e municipais, que são os que causam mais problemas. Temos de homogeneizar mais as tarifas estaduais. O problema do **ICMS**, além da guerra fiscal, é a disparidade **regional**.

A carga tributária aumentou nos últimos anos. Isso vai continuar?

O total de impostos arrecadados cresceu porque houve um movimento forte de formalização e de aumento da atividade econômica. Mas o montante pago por cada empresa e por cada cidadão diminuiu.

O presidente do BC, Alexandre Tombini, disse que gostaria de revisar para baixo a meta de inflação de 4,5%. O sr. concorda?

Acho que a gente sempre deveria perseguir uma inflação menor para o País. Mas é preciso que haja condições concretas para que isso ocorra, sem prejudicar a economia. Inflação menor não é um mero exercício de desejo.

O Brasil continuará sendo um importante ator no cenário internacional com a presidente Dilma?

O Brasil foi se tornando um importante player mundial à medida que sua economia foi ficando maior e mais sólida. Isso não muda com a presidente Dilma. O País deixou de ser o patinho feio dos BRICs e passou a ser um dos líderes dos emergentes. O Brasil saiu da retaguarda e passou para a vanguarda.

Qual é o cenário internacional para 2011?

Parece melhor do que no ano passado. Agora, a Alemanha está indo muito bem e há sinais de recuperação da economia americana, que para alguns pode crescer até 4,5%. Assim, teríamos um cenário mais favorável para 2011, o que é bom, inclusive, para a nossa balança comercial.

	VEÍCULO ASSESSORIA MDIC	EDITORIA	
	TÍTULO Superávit da segunda semana de janeiro é de US\$ 496 milhões		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

No mês, saldo comercial positivo chega a US\$ 10 milhões

A balança comercial brasileira registrou saldo positivo de US\$ 496 milhões, com média diária de US\$ 99,2 milhões, nos cinco dias úteis (10 a 16) da segunda semana de janeiro de 2011. A corrente de **comércio** (soma das **exportações** e **importações**) totalizou US\$ 7,270 bilhões, com média de US\$ 1,454 bilhão por dia útil.

As **exportações**, no período, foram de US\$ 3,883 bilhões, com média diária de US\$ 776,6 milhões. Já as **importações**, chegaram a US\$ 3,387 bilhões, com um resultado médio diário de US\$ 677,4 milhões.

Mês


Nos dez dias úteis de janeiro, as **exportações** somaram US\$ 6,664 bilhões, com média diária de US\$ 666,4 milhões. Por esse comparativo, a média diária das vendas externas foi 17,9% superior a de janeiro de 2010 (US\$ 565,3 milhões). Em

relação à média diária de dezembro do ano passado (US\$ 909,5 milhões), houve queda de 26,7% nas **exportações**.

As **importações** do período chegaram a US\$ 6,654 bilhões e registraram média diária de US\$ 665,4 milhões. Houve aumento de 15,9% na comparação com a média de janeiro do ano passado (US\$ 574,1 milhões) e retração de 1,6% na comparação com a média de dezembro de 2010 (US\$ 676,1 milhões).

O saldo comercial de janeiro está superavitário em US\$ 10 milhões (média diária de US\$ 1 milhão). Em janeiro do ano passado, a balança comercial teve déficit de US\$ 177 milhões (média diária negativa de US\$ 8,9 milhões) e, em dezembro de 2010, superávit de US\$ 5,368 bilhões (média diária de US\$ 233,4 milhões).

A corrente de **comércio** do mês alcançou US\$ 13,318 bilhões (média diária de US\$ 1,331 bilhão). Pela média diária, houve aumento de 16,9% no comparativo com janeiro passado (US\$ 1,139 bilhão) e queda de 16% na relação com dezembro último (US\$ 1,585 bilhão).

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Governo vai atuar para proteger saldo comercial		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Sergio Leo | De Brasília

"Estupefato" com o avanço da China e outros países asiáticos no comércio internacional, o novo ministro do Desenvolvimento, Fernando PIMentel, anuncia: o governo terá "uma política mais proativa" para proteger o saldo positivo no comércio exterior, e tomará iniciativas de defesa comercial sem esperar provocação do setor privado. "Vamos fazer frente a essa avalanche asiática com tudo aquilo que for possível dentro da Organização Mundial do Comércio e com alguma criatividade extra-OMC", diz em entrevista ao Valor.

Se nada for feito, o superávit da balança comercial poderá cair à metade em 2011, para US\$ 10 bilhões, prevê o ministro. "O saldo da balança comercial chegou a US\$ 50 bilhões, hoje é de US\$ 20 bilhões, e a previsão neste ano é de US\$ 10 bilhões", compara. Ele se diz preocupado com o efeito da queda sobre o já significativo déficit nas contas correntes brasileiras.

"O país pode ter déficit em suas transações correntes, não é problema; mas a previsão para este ano é de déficit de US\$ 70 bilhões", diz. "Com US\$ 10 bilhões de saldo comercial, esse déficit é preocupante". O governo buscará "mecanismos que possam ajudar a, no mínimo, manter o saldo da balança comercial, e, talvez, ampliá-lo".

Segundo PIMentel, o que chama de medidas "extra-OMC" depende de discussões no governo. "Não tem nada por enquanto; mas vai ter", avisa. Uma das opções que antecipa é a intenção de mudar a sistemática nos processos anti-dumping (contra importados com preços desleais, abaixo dos de mercado) e outras medidas de defesa comercial: tradicionalmente deslançados a pedido do setor privado, eles poderão ser iniciados a partir de estudos do próprio governo, com base em seu efeito sobre as contas de comércio externo, conta.

"Tem que fazer com cuidado, mas se tivermos foco vamos descobrir um conjunto de bens (importados a preços desleais) que tenham impacto na balança comercial", avisa. "Podemos submetê-los a análises para formação de processo anti-dumping". Embora essa prática não esteja prevista nas regras da OMC, PIMentel diz que o governo, dentro de sua "criatividade", vai respeitar as normas internacionais de comércio. "Esse é o segredo que temos de descobrir como fazer: combinar uma dose de protecionismo, que não pode ser exagerada senão tira o estímulo à competitividade, com a exposição ao risco, à competição". Ele anunciou que espera levar ao Congresso, no primeiro trimestre, medidas para reduzir impostos sobre a produção e outros obstáculos à competitividade.

	VEÍCULO BAGUETE / NOTÍCIAS	EDITORIA	
	TÍTULO Digibras deve fabricar HDs no Brasil		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

A Digibras, do grupo CCE, planeja fabricar discos rígidos (HDs) no Brasil.

Segundo reportagem do jornal Valor Econômico, a empresa já tem um projeto aprovado na **Zona Franca de Manaus** para a **produção** do novo produto. Hoje, a unidade em **Manaus** monta desktops, notebooks e **monitores**.

De acordo com o jornal, a iniciativa prevê investimento de R\$ 92,9 milhões no prazo de três anos, com um aporte de R\$ 26,4 milhões no primeiro ano de fabricação. Nos dois anos seguintes, os recursos projetados são de R\$ 31,7 milhões e R\$ 34,8 milhões, respectivamente.

A expectativa é produzir 11,5 milhões de HDs no período de três anos, sendo 3,3 milhões no primeiro ano e 3,9 milhões no segundo. Para o terceiro ano do projeto, a **produção** estimada é de 4,3 milhões de unidades.

Para a fabricação dos componentes, a tecnologia homologada é da Seagate, empresa americana que atua no **Brasil** por meio de canais e vendas.

O projeto da Digibras reforça o aquecimento na fabricação de HD no Brasil, ressalta o Valor, **mercado** que demanda 14 milhões de unidades por ano.

Em outubro, a americana Western Digital também começou a fabricar os componentes no país, por meio de uma parceria com a brasileira Digitron, com plano de produzir 4 milhões de unidades por ano.

O jornal informa que a assessoria da CCE não encontrou um executivo disponível para comentar o projeto.